

Dallagnol quis abrir empresa de palestras para lucrar com operação

Mensagens escritas pelo procurador Deltan Dallagnol apontam que ele pretendia abrir uma empresa de eventos e, assim, lucrar com a fama obtida na operação "lava jato" dando palestras.

Divulgação/Ascom PR-SP



Dallagnol queria aproveitar "networking e visibilidade" para criar empresa de eventos
Divulgação/Ascom PR-SP

Os diálogos mantidos pelo aplicativo Telegram foram divulgados neste domingo (14/7) pelo jornal *Folha de S.Paulo*, em parceria com o site *The Intercept Brasil*.

De acordo com a reportagem, Dallagnol montou um chat no fim de 2018 com o procurador Roberson Pozzobon para discutir a criação de uma empresa em que eles não apareceriam formalmente como sócios, para evitar questionamentos legais e críticas.

A ideia era que as empresas fossem gerenciadas pelas mulheres de ambos. Em uma mensagem à própria esposa, Dallagnol explicou o plano: "Vamos organizar congressos e eventos e lucrar, ok? É um bom jeito de aproveitar nosso networking e visibilidade".

"Se tudo der certo nas palestras, vai entrar ainda uns 100k [R\$ 100 mil] limpos até o fim do ano. Total líquido das palestras e livros daria uns 400k [R\$ 400 mil]. Total de 40 aulas/palestras. Média de 10k limpo", disse o procurador.

As mensagens mostram ainda que Dallagnol incentivava outras autoridades ligadas ao caso a dar palestras remuneradas, entre eles o ex-juiz e atual ministro da Justiça, Sergio Moro. Segundo o jornal, o procurador também convidou o ex-procurador-geral da República Rodrigo Janot, a quem disse sentir saudades.

Até o momento não foi registrado em cartório ou Junta Comercial a constituição de empresa de eventos em nome das mulheres dos procuradores ou de algum instituto em nome deles.

Dallagnol viajou a uma série de municípios brasileiros. Sempre que foi questionado sobre as palestras, o



procurador argumentava que sua atuação visava promover a cidadania. Em 2017, a atividade chamou a atenção da imprensa e dos deputados federais Paulo Pimenta (PT-RS) e Wadih Damous (PT-RJ), que pediram a abertura de um procedimento disciplinar no Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP).

O caso, no entanto, foi [arquivado](#) sob argumento de que a maior parte do dinheiro das palestras foi destinada a entidades filantrópicas. Além disso, o conselho entendeu que as palestras se enquadravam como atividade docente, o que é permitido por lei.

Date Created

14/07/2019